



ASSOCIAÇÃO RUMO À VIDA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Locações.....	16
7. Rédito.....	17
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
9. Benefícios dos empregados	17
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
11. Outras Informações	18
11.1. Investimentos Financeiros	18
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
11.3. Clientes e Utentes	18
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	19
11.5. Fundos Patrimoniais	19
11.6. Fornecedores	19
11.7. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.8. Outras Contas a Pagar.....	20
11.9. Subsídios, doações e legados à exploração	20
11.10. Fornecimentos e serviços externos	21
11.11. Outros rendimentos e ganhos	21
11.12. Outros gastos e perdas	22
11.13. Resultados Financeiros	22
11.14. Acontecimentos após data de Balanço.....	22

Balanço

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 6	81.411	82.255
Investimentos financeiros	11.1	2.721	1.689
Subtotal		84.133	83.944
Ativo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	11.8	2.889	1.488
Outras contas a receber	11.4	-	-
Diferimentos		787	800
Caixa e depósitos bancários	11.5	88.703	63.841
Subtotal		92.378	66.129
Total do Ativo		176.511	150.073
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.6	34.316	36.612
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	107.160	52.691
Subtotal		141.476	89.303
Resultado Líquido do período		(31.817)	(2.297)
Total do fundo do capital		109.659	87.006
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	11.9	11.991	17.414
Subtotal		11.991	17.414
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	9.685	4.723
Estado e outros Entes Públicos	11.8	12.083	7.282
Diferimentos			
Outras contas a pagar	11.9	33.094	33.648
Subtotal		54.861	45.653
Total do passivo		66.852	63.067
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		176.511	150.073

Matosinhos, 9 de março 2019

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	36.180	35.922
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.10	201.356	213.858
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(68.995)	(71.607)
Gastos com o pessoal	9	(195.636)	(175.076)
Outros rendimentos e ganhos	11.12	10.547	6.741
Outros gastos e perdas	11.13	(198)	(129)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(16.747)	9.708
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(14.532)	(11.248)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(31.279)	(1.539)
Juros e rendimentos similares obtidos		176	122
Juros e gastos similares suportados	11.14	(713)	(880)
Resultados antes de impostos		(31.817)	(2.297)
Resultado líquido do período		(31.817)	(2.297)

Matosinhos, 9 de março 2019

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Resultados por Funções

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade Ensino	Actividade CAO	Outras actividades IPSS	PERÍODOS	
					2018	2017
Vendas e serviços prestados	a	75.352	129.620	6.901	211.873	208.911
Custo das vendas e dos serviços prestados	b	-73.700	-147.435	-4.307	-225.442	-191.399
Resultado bruto		1.652	-17.815	2.595	-13.568	17.512
Outros rendimentos	c	0	0	26.219	26.219	30.759
Gastos de distribuição		0	0	0	0	0
Gastos administrativos	d	-13.288	-13.306	-17.466	-44.059	-42.479
Outros gastos		-6	-6	-398	-409	-8.089
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-11.641	-31.126	10.950	-31.817	-2.297
Gastos de financiamento (líquidos)		0			0	
Resultados antes de impostos		-11.641	-31.126	10.950	-31.817	-2.297
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		-11.641	-31.126	10.950	-31.817	-2.297

Matosinhos, 9 de março 2019

O Contabilista Certificado

A Direção,

Notas:

- a) No valor de Vendas e Serviços Prestados está incluído o valor recebido a título de Subsídio da DGEST, no caso do ensino; da Segurança Social a título de participação com os alunos do CAO; Nas outras Atividades estão Quotas e serviços complementares prestados em apoio às famílias e terapias.
- b) Inclui todos os gastos dispendidos directamente com cada uma das valências;
- c) Nos Outros Rendimentos estão registados os Donativos recebidos
- d) Gastos Administrativos são Gastos indirectos com as várias valências.

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	-	-	-	21.344	-	-	29.314		50.658	-	50.658
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Aprovação de contas				(19.727)						(19.727)		(19.727)
Ajustamentos - recebimentos relativos a 2015/6 (DGESTE e CMM)				34.996						34.996		34.996
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais (Subsídios ao investimento)							23.377			23.377		23.377
	2	-	-	-	15.268	-	-	23.377	-	38.645	-	38.645
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(2.297)		(2.297)		(2.297)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							(2.297)		36.349	-	36.349
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	1+4+5	-	-	-	36.612	-	-	52.691	(2.297)	89.303	-	87.006

Matosinhos, 9 de março 2019

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	-	-	-	36.612	-	-	52.691		89.303	-	89.303
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Aprovação de contas				(2.297)						(2.297)		(2.297)
Ajustamentos - recebimentos relativos a 2018/19 (CMM e IKEA)							63.497			63.497		63.497
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-			(9.028)			(9.028)		(9.028)
	7	-	-	-	(2.297)	-	-	54.469	-	52.172	-	52.172
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(31.817)		(31.817)		(31.817)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(31.817)		20.356	-	20.356
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	-	-	-	34.316	-	-	107.160	(31.817)	141.476	-	109.659

Matosinhos, 9 de março 2019

O Contabilista Certificado

A Direção,

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2018	2017
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	33.412	31.964
Pagamento a fornecedores	(66.277)	(44.228)
Pagamentos ao pessoal	(189.915)	(159.656)
Caixa gerada pelas operações	(222.780)	(171.921)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	181.844	171.358
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(40.936)	(563)
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(21.205)	(41.648)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)	(21.205)	(41.648)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos (Subs. Ao investimento)</i>	63.497	28.016
<i>Realizações de fundos</i>		
<i>Cobertura de prejuízos</i>		
<i>Doações</i>	24.219	19.739
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Juros e gastos similares</i>	(713)	(879)
<i>Dividendos</i>		
<i>Reduções do fundo</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)	87.003	46.877
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	24.862	4.666
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	63.841	59.175
Caixa e seus equivalentes no fim do período	88.703	63.841

Matosinhos, 9 de março 2019

O Contabilista Certificado

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Rumo à Vida é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação com estatutos publicados no Diário da República nº 46 de 06/03/2007, Série II, registada com o NIPC 507 972 732, sendo uma IPSS Reg. nº 75/08 de 17/09/2008- NISS 20018981987, com sede na Rua Central do Seixo, Matosinhos. A sua atividade está enquadrada em dois CAE: Principal 94995 (Atividades das organizações associativas) e Secundário 85201 (Atividades de ensino básico). Tem como missão apoiar pessoas com deficiência moderada e alguma autonomia, para que possam alcançar os seguintes objetivos:

- Orientar e acompanhar jovens/adultos com deficiência em idade pós-escolar desenvolvendo a autonomia destes com vista à inclusão na vida social ativa.
- Promover o aperfeiçoamento de habilidades e competências adquiridas e o desenvolvimento de aptidões que lhes permitam encontrar uma área de trabalho e um espaço de vida onde possam prestar o seu contributo e se sintam felizes.

O ano de 2015 representou um marco para a Associação, pois tratou-se do início da prestação de serviço de educação e CAO - ano letivo de 2015-2016 - num espaço adequado aos fins sociais, cedido a título de contrato de comodato pela Câmara Municipal de Matosinhos, onde é a sede e se desenvolve a atividade.

Em 2017, (ano letivo de 2017-18, iniciado em setembro) foi um ano de consolidação plena, considerando que foi o primeiro ano em que as duas atividades Ensino e CAO ficaram com os contratos com o Ministério do Educação e da Segurança Social devidamente protocolados e estabilizados.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2014 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2018 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade, ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	7
Outros ativos tangíveis (Elevador)	12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Encontram-se registados nesta rubrica os valores entregues relativos aos Fundos de Compensação Salarial, de acordo com a legislação em vigor.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo, subtraindo as perdas por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), tal como previsto na NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No exercício em apreço a Associação não teve rendimentos não abrangidos pela isenção, pelo que não tem apuramento de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 027	-	-	-	-	2 027
Equipamento básico	9 075	13 688	-	-	-	22 763
Equipamento de transporte	58 652	-	-	-	-	58 652
Equipamento administrativo	486	-	-	-	-	486
Outros Ativos fixos tangíveis	38 390	-	-	-	-	38 390
Total	108 631	13 688,32	-	-	-	122 319
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	68	203	-	-	-	270
Equipamento básico	2 640	1 961	-	-	-	4 601
Equipamento de transporte	16 705	8 379	-	-	-	25 084
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	138	97	-	-	-	235
Outros Ativos fixos tangíveis	6 825	3 892	-	-	-	10 718
Total	26 376	14 532	-	-	-	40 907

6. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	35.064	21.714	13.350	35.064	15.862	19.202
Total	35.064	21.714	13.350	35.064	15.862	19.202

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	4.957	575	5.532	4.759	773	5.532
De um a cinco anos	11.377	518	11.895	16.334	1.093	17.427
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	16.334	1.093	17.427	21.093	1.866	22.959

7. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	33.760	33.352
Quotas e Jóias	2.420	2.570
Total	36.180	35.922

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
IEFP Norte	1.138	12.329
C.M. Matosinhos	10.759	24.779
Min- Educação - DGEstE	60.678	54.911
Segurança Social - Acordo coop. CAO	104.144	91.202
Total	176.718	183.221

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 15 trabalhadores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	154.559	137.774
Indemnizações	-	220
Encargos sobre as Remunerações	34.480	29.758
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.082	1.974
Outros Gastos com o Pessoal	4.515	5.350
Total	195.636	175.076

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	-	-
Fundos de compensação	2.721	1.689
Total	2.721	1.689

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Esta rubrica não tem valores em saldos pelo facto de a Associação registar as suas receitas e emitir o correspondente recibo (donativos), ou fatura-recibo (quotas), no momento de recebimento.

11.3. Clientes e Utentes

Esta rubrica não tem valores em saldos pelo facto de a Associação registar as suas receitas e emitir o correspondente recibo, ou fatura-recibo, no momento de recebimento.

Não existem mensalidades contratualizadas com utentes por regularizar.

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	208	855
Depósitos à ordem	1.494	16.486
Depósitos a prazo	87.000	46.500
Total	88.703	63.841

11.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	36.612		(2.297)	34.316
Outras variações nos fundos patrimoniais	52.691	-	(9.028)	47.875
EDP	33.333		(3.626)	29.707
BPI Capacitar	15.016			15.016
LisbonPH (Farmacia Activa)	4.342		(1.190)	3.152
C.M. Matosinhos - Bonecas Peixeiras		24.297	(4.212)	20.085
IKEA Mar Shopping - Bonecas Peixeiras		15.600		15.600
C.M. Matosinhos - Horta Pedagógica		23.600		23.600
Total	89.303	63.497	(11.324)	141.476

O aumento de 63.497€ está justificado no mapa Demonstração de Variação dos Fundos Próprios, de acordo com as políticas e referencial contabilístico, conforme nota 2.

11.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	9.685	4.723
Total	9.685	4.723

Não existem valores em mora.

11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.889	1.488
Total	2.889	1.488
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imp. sobre o Rend. das Pessoas Sing. (IRS)	3.056	895
Segurança Social	8.905	6.250
Outros Impostos e Taxas(Fundo Compen.)	122	136
Total	12.083	7.282

O valor em IVA, no Ativo, decorre da quantificação do benefício de 50 % do valor do IVA das refeições e dos bens de imobilizado (investimentos), nos termos do Dec. Lei nº20/90, de 13 de janeiro.

11.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes				
Segurança social (mensalidades em reg.)				
Fornecedores de Investimentos	11.991	5.425	17.414	5.427
Credores por acréscimos de gastos		27.668		27.442
Outros credores				778
Total	11.991	33.094	17.414	33.648

11.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades		
Doações particulares / Eventos	3.488	2.534
Doações Empresas / Mecenaz	4.000	16.714
Consignação IRS	16.899	10.439
Injunções	250	950
Total	24.637	30.637

Os “Subsídios e Apoios do Governo”, ascendem a 176.718€, estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

O total da rubrica Subsídios, doações e legados à exploração ascende a 201.355€ em 2018; em 2017 foi de 213.857€.

11.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		
Piscina	14.036	11.925
Terapias	5.940	8.958
Cantina (2017 foi de 9.741€ incl ver abaixo)	10.721	-
Trabalhos especializados	3.202	2.716
Publicidade e propaganda	-	721
Vigilância e segurança	2.062	413
Honorários	4.677	940
Conservação e reparação	3.090	3.960
Serviços bancários	91	80
Materiais		
Ferramentas e utensílios	932	2.030
Material de escritório/Livros	270	287
Artigos para oferta	235	136
Material de actividades	1.085	1.765
Cantina (só lanches em 2018)	2.831	12.353
Outros (Doações/reaproveitamento)	-	7.722
Energia e fluidos		
Eletricidade	4.067	3.227
Combustíveis	5.276	4.812
Água	1.094	797
Deslocações, estadas e transportes	1.957	423
Rendas e alugueres	853	716
Limpeza, higiene e conforto	1.831	2.092
Comunicação	1.063	1.294
Seguros	3.548	4.161
Contencioso e notariado	136	80
Total	68.995	71.607

11.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Juros de depósitos	-	-
Outros rendimentos e ganhos		
Vendas de artigos prod. por alunos	1.406	1.430
Recuperação de custos	113	672
Imputações de sub. Investimento	9.028	4.639
Total	10.546	6.741

Outros Rendimentos e Ganhos, refere-se à Imputação de Subsídios para Investimento, na parte que corresponde à % de financiamento e para compensar os Gastos em Amortizações registados na rubrica respetiva, tal como consta da Nota 5. por contrapartida de Fundos Patrimoniais.

11.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Quotizações	198	96
Donativos	-	25
Outros Gastos e Perdas	-	8
Total	198	129

11.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	713	880
Juros de mora	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	713	880
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	176	122
Total	176	122
Resultados financeiros	(538)	(757)

11.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção no dia 9 de março de 2019.

S. Mamede Infesta, 9 de março de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção,

Anabela Mota dos Santos Gonçalves

Graciosa Maria Oliveira Ferreira

Teresa Maria de Oliveira Sousa

Irene Maria Baptista Mafra Barreira

Aldina da Costa Rocha de Oliveira